



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011162-33.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Claudiney Pereira da Silva**
 Requerido: **João Campos Pereira Filho**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

CLAUDINEY PEREIRA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos ajuizou **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **JOÃO CAMPOS PEREIRA FILHO**, igualmente qualificado, alegando, em síntese, que celebrou com o réu contrato verbal para consertos de funilaria em seu veículo Palio, placas CRI 5134, tendo pago a quantia de R\$ 2.600,00 de forma adiantada. Passado determinado tempo, foi até a funilaria para saber a razão na demora para conclusão dos serviços, e obteve informação que réu havia se mudado para a cidade de São Paulo sem concluir o serviço acordado.

Alega que o veículo foi abandonado no imóvel de propriedade de Leandro Feliciano de Lima, que elaborou declaração de próprio punho confirmando a versão do ocorrido, bem como a retirada do veículo do local.

Diante do ocorrido precisou procurar outro funileiro para a realização do serviço, desembolsando mais R\$ 2.000,00.

Requer a condenação do réu ao pagamento da quantia de R\$3.394,73, atualizada até a data de 16.10.2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Juntou documentos às fls. 8/17.

O réu devidamente citado (fls.25/28) não ofereceu resposta (fls.29).

É uma síntese do necessário.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A procedência do pedido é de rigor.

Citado, o réu deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, do NCPC e a outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344 do mesmo Código.

O inadimplemento na realização do serviço acordado é aspecto incontroverso na causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido e CONDENO o réu ao pagamento da quantia de R\$ 2.600,00 com correção monetária pela tabela do TJSP e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da data de vencimento da obrigação não paga.

Condeno ainda o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 21 de junho de 2018.

Juiz(a) **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**